

ENSAIOS



**José Marques de  
Melo**

Jornalista, livre-docente  
e doutor em Ciências da  
Comunicação - Jornalis-  
mo pela Uni-versidade  
de São Paulo. Diretor da  
Cátedra UNESCO de  
Comunicação. Professor  
titular da Universida-  
de Metodista de São  
Paulo, São Bernardo  
do Campo, SP, Brasil.  
Email: marquesmelo@  
uol.com.br. Currículo  
Lattes: [http://lattes.cnpq.  
br/4271609139942812](http://lattes.cnpq.br/4271609139942812)

**1964. Golpe, contragolpe,  
revolução? O papel da imprensa  
(1964-2014)**

**1964. Coup, against coup,  
revolution. The role of the press  
(1964-2014)**

**1964. Golpe, la lucha contra el  
golpe, revolución? El papel  
de la prensa (1964 -2014)**



*Falta-nos uma visão consistente do que seja o jogo democrático. Aqui o que conta é o governo, o Estado. E democracia é organização do povo. Do jeito que vamos, com 30 partidos e 39 ministérios, ficou inviável. O custo é a paralisação da máquina pública.*  
(Fernando Henrique Cardoso, 2014)

A rapidez com que foi desfechado o golpe de 1964 explica-se em grande parte pela adesão que os golpistas civis e militares receberam da quase unanimidade dos nossos jornais. Somente o jornal Última Hora permaneceu fiel ao presidente João Goulart. Por isso mesmo sofreu represálias, principalmente na cidade do Recife, onde foi empastelada a edição Nordeste.

O argumento usado pelo pesquisador Alfred Stepan para explicar a vitória dos conspiradores, respaldados também pelo contingente volumoso de pessoas que foram às ruas protestar contra o janguismo, constitui o cerne deste artigo.

A hipótese de trabalho desenvolvida ancora-se na tese de que o golpismo faz parte do *ethos* brasileiro, afigurando-se o golpe de 1964 como a reprodução de episódios emblemáticos da história do Brasil, evidentemente emoldurado por singularidades da conjuntura do pós-guerra.

## Brasil, país cordial

A historiografia brasileira caracteriza-se pela proclamação da nossa índole pacifista, enaltecendo a ausência de revoluções na trajetória civilizacional verde-amarela. Tanto assim que o estereótipo singular da memória nacional é a “Batalha de Itararé”, o confronto bélico que não se realizou. Ou, como Dias Gomes (2003), parafraseando sua personagem, Viúva Porcina, na telenovela *Roque Santeiro*, afirmaria matreiramente: “a que foi sem nunca ter sido”.

Para fundamentar essa tese, os analistas citam uma fonte autorizada: o clássico estudo de Sergio Buarque de Holanda (1936) sobre o homem cordial em *Raízes do Brasil*. “Não ambicionamos o prestígio de país conquistador, detestamos notoriamente as soluções violentas.” (p. 132).

Tal questão volta à agenda nacional no momento em que evocamos o golpe militar de 1964. Revisando criticamente o seu cinquentenário, torna-se inevitável refazer a pergunta: que tipo de fenômeno se configura em 1964? Uma quartelada, um golpe de Estado ou uma revolução?

Adotando o critério **militar**, Helio Silva (1975) defende tese cumulativa: trata-se de um processo caracterizado por “levantes militares” que irrompem em 1922 (tenentismo), liderados por oficiais vitoriosos em 1964. A verdade é que “generais” líderes do golpe de 1964 ou eram “tenentes” em 1922, como Juarez Távora, ou por eles foram influenciados.

Convém, a esta altura, fazer uma remissão vocabular, pois a palavra *golpe* tem sentido polissêmico, em língua portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda (1966, p. 996) denota fissuras entre o senso comum e a ciência política. O senso comum afirma que golpe

é “ação inesperada, súbita”, resultante do choque produzido por um corpo em movimento. Por sua vez, a ciência política atribui ao termo o papel de agente desestabilizador da ordem constitucional.

Dependendo da maestria do seu propulsor, o golpe pode ser encarado como “ação ousada, brilhante” ou como “iniciativa artilosa”. Esse tipo de perícia migrou para a língua portuguesa, ancorada em referentes anglófilos – a *master stroke* – ou francófonos – *un coup de maitre* (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 150).

Elliot (1969, p. 194) ensina que o golpe de Estado corresponde a “súbita mudança de governo pela força, provocada por quem já possui alguma *auto-ridade*”. Ele reforça, esclarecendo: “Difere de uma revolução em virtude de partir de cima, ao passo que a revolução implica o concurso das massas”.

O simbolismo peculiar a tais mudanças políticas encontra-se na “ocupação de edifícios governamentais, vias férreas, estações de rádio e televisão (...) a fim de ficarem senhores desses pontos vitais”.

O *Dicionário de Política* editado por Norberto Bobbio (2008, p. 545) confirma tal peculiaridade, não obstante a mutação dos fenômenos políticos na contemporaneidade. “Apenas um elemento se manteve invariável (...) é um ato realizado por órgãos do próprio Estado”.

Analisando a “intervenção dos militares” na vida política brasileira, em 1964, Helio Silva (1975, p. 18) assegura que “o movimento de março não se restringiu a um levante militar”, argumentando: “este se motivou na agitação das massas em torno de um programa de reformas socializantes que infundia o temor da comunização”.

## Brasil: sociedade golpista

Recapitulando a história do Brasil, verificamos a quase ausência de revoluções. O predomínio dos golpes de Estado reflete um padrão de comportamento híbrido. Mescla caudilhismo e oportunismo, implícitos naquele espírito aventureiro que herdamos dos nossos ancestrais ibéricos (HOLANDA, 1969, p. 140). Senão, vejamos exemplos conjunturalmente selecionados, representando cinco séculos do nosso itinerário histórico:

### *1500 – Achamento casual*

Pedro Álvares Cabral deu o “golpe” da casualidade. Sua missão era chegar às Índias, percorrendo caminho já conhecido. Mas na altura das ilhas atlânticas, o vento forte empurrou a frota em sentido contrário ao da costa africana. Foi assim que, no dia 22 de abril, a tripulação avistou o Monte Pascoal e teve permissão para desembarcar, confraternizando com os habitantes do lugar. No dia seguinte, o capelão da frota celebrou a primeira missa, em terra firme, com pompa e circunstância, desejando impressionar os donos da terra. Mandou o escrivão da frota, Pero Vaz de Caminha, escrever a Carta ao Rei de Portugal, relatando “a nova do achamento desta vossa terra nova”, prosseguindo viagem em direção a Calicute (GUIRADO, 2001, p. 258).

### *1530 – Capitanias Hereditárias*

Explorando a faixa litorânea do nosso território, os portugueses nada encontraram em metais preciosos que pudessem justificar o investimento em projeto colonial. Mas as florestas de pau-brasil justificaram o início da ocupação da terra recém-incorporada ao patrimônio lusitano, de acordo com o Tratado de Tor-



desilhas. Instituído o Governo da Colônia, em Salvador, os lusitanos se declaravam “donos do pedaço”. No ano seguinte, começou a importação dos escravos africanos para cuidar da lavoura e, na sequência, mulheres brancas destinadas à função reprodutiva. Esse processo foi deslanchado em 1530, com a outorga de Capitânias Hereditárias a figuras eminentes, capazes de investir num território cuja exploração para agricultura ou mineração era muito duvidosa. Configurando verdadeiros “contratos de risco”, pois as despesas da colonização corriam por conta dos respectivos donatários, foram poucos os beneficiários que se atreveram a assumir a propriedade cedida pelo Estado português. Mais tarde, quando foi iniciada a colonização efetiva, essas terras sofreram destinações distintas, mas seguras.

### *1808 – Reino Unido*

Afugentado pelas tropas de Napoleão, já acantonadas na vizinha Espanha, D. João VI fugiu para o Brasil, escapando das humilhações que os comandantes franceses impuseram aos castelhanos. O trajeto marítimo para o continente americano contou com discreta proteção inglesa. Desembarcando em Salvador, o Regente da Coroa Lusitana testemunhou sua gratidão aos governantes britânicos: lá mesmo, assinou o decreto que abria os nossos portos às “nações amigas”. Em seguida, elevou a Colônia ao estágio de Reino Unido, privilégio desfrutado exclusivamente pelo Império Britânico. Nessa conjuntura, D. João explicitou outro ardil, autorizando o funcionamento da imprensa, sem conceder liberdade de expressão. Fez, porém, “vista grossa” aos jornais contrabandeados pelos navios britânicos.

### *1822 – Independência tutelada*

A Revolução do Porto significou a derrota dos invasores franceses e o restabelecimento da monarquia lusitana. A censura foi abolida no Reino Português. D. João VI pressentiu o crescimento do emancipacionismo brasileiro e aconselhou seu filho Pedro: “Ponha a Coroa em sua cabeça, antes que algum aventureiro o faça”. No ano seguinte, o príncipe herdeiro cumpriu essa advertência, às margens do Ipiranga, declarando: “Independência ou morte”.

### *1840 – Maioridade precoce*

Para assumir a Coroa portuguesa, em 1831, o imperador Pedro I renunciou ao trono brasileiro, favorecendo o filho menor, Pedro II. O infante permaneceu no Brasil, sob tutela oficial, aprendendo o manejo da gestão monárquica. Mas as crises desencadeadas durante o governo regencial, transitório, sugeriam antecipar a maioridade de Pedro II. Como solução duradoura, o parlamento nacional o converteu em Imperador do Brasil aos 14 anos de idade. Realizando um governo prudente e clemente, mas distante e impessoal, nos moldes da monarquia parlamentarista, o neto de D. João VI envelheceu precocemente. Consolidou a sociedade agrária, baseada na cafeicultura e na escravidão, transferindo o exercício do poder político aos detentores de legitimidade partidária, preferindo atuar como instância moderadora nos momentos de crise. Surpreendido pelo golpe republicano, embarcou para o exílio na Europa, onde faleceu pouco tempo depois.

### *1888 – Abolição tardia*

A Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel teve caráter inócuo, pois a legislação precedente (Lei

do Ventre Livre e Lei do Sexagenário) havia instaurado a crueldade escravocrata de modo “lento, gradual e seguro”.

Uma vez proibido o tráfico de escravos, os fazendeiros não tinham como repor a mão de obra na lavoura. Na sequência, a Lei do Ventre Livre criou uma situação paradoxal, pois concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos no país, isentando os fazendeiros de responsabilidades com a sua manutenção. Condenou tacitamente à indigência os filhos de escravos, da mesma forma que os velhos beneficiados pela Lei do Sexagenário. Exauridos pelo trabalho forçado, mutilados pela violência perpetrada no tronco e marcados pelas chibatas dos feitores, os velhos não encontraram alternativas senão engrossar o êxodo rural, inchando as favelas ou cortiços das metrópoles.

### *1889 – República dos marechais*

Desgastado com a libertação dos escravos e outras conflagrações bélicas (Canudos, Contestado, Paraguai), o Império desmoronou. Em 15 de novembro um marechal, até então monarquista, proclamou a República. O “povo bestificado” assistia ao episódio, enquanto o Imperador, barbado e sem coroa, embarcava para o exílio na Europa. Distintamente do que ocorreu com os escravos libertos e seus proprietários, não indenizados pelos republicanos no poder, a Família Real mereceu favores compensatórios, garantindo aos seus descendentes o foro das cidades imperiais (Petrópolis e Teresópolis). Intimidado pelo agravamento das crises republicanas – questão religiosa e questão militar –, Deodoro renunciou (1891), dissolvendo o Congresso. Floriano reagiu, assumindo o poder republicano com um contragolpe.

### *1894 – República do Café com Leite*

Eleito Prudente de Moraes, primeiro civil da era republicana, o país assistiu boquiaberto à retomada do poder pelas oligarquias rurais, alternando cafeicultores paulistas e mineiros produtores de laticínios, enquanto padecia a nação conflagrada (Chibatas, Vacina). A crise do café, no mercado internacional, desestruturou a economia brasileira, alavancando o burlesco “socialismo tupiniquim” implícito no Convênio de Taubaté: o governo desvalorizava a moeda para favorecer os cafeicultores, encarecendo as importações e abastardando as condições de vida da população brasileira.

### *1930 – República do Obelisco*

Não tardou a reação da nascente burguesia brasileira, constituída pelos industriais urbanos e pelos produtores rurais regidos pela economia capitalista. Os movimentos conhecidos como rebelião dos tenentes, coluna prestes, cangaço nordestino, sublevação paulista de 1924, eclodiram por intermédio da chamada Revolução de 30, cujo signo notório foi o uso do Obelisco da Avenida Rio Branco como estríbaria (local onde são amarrados os cavalos dos tropeiros em campanha). Sob a liderança de Getúlio Vargas, as forças antioligárquicas empalmaram o poder republicano. O estancieiro gaúcho, educado na cartilha do caudilhismo dos pampas, exerceu o poder de modo autoritário e ardiloso, desembocando no Estado Novo que conduziu à ditadura varguista, depois de aniquiladas rebeliões integralista e comunista. Apeado do poder em 1945, Vargas catalisou a aura de “pai dos pobres”, resultante da legislação trabalhista e da estrutura sindical que criou durante seu governo populista.

### *1945 – República do Tio Sam*

A derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial e o retorno dos pracinhas brasileiros dos campos de batalha europeus, circulando ideias antiautoritárias, tornaram anacrônicos os pilares da ditadura varguista. Deposto pelos movimentos oposicionistas, Getúlio Vargas retirou-se da cena política, vivendo em sua estância gaúcha. Nesse interregno operou-se a internacionalização da nossa economia, quando o Brasil se tornou satélite ianque, no apogeu da guerra fria, adotando um perfil matizado pelo anticomunismo.

### *1954 – República do Galeão*

Getúlio Vargas retornou ao poder, ungido pelas urnas, defendendo teses nacionalistas, mas não resistiu ao cerco dos opositores udenistas, optando pelo suicídio. Seu gesto extremo abalou a nação e favoreceu a instauração de uma crise que se desdobrou em vários episódios no seio das Forças Armadas. O conflito entre sindicalistas e governistas enfraqueceu o sistema presidencialista, conduzindo ao golpe de 1964.

### *1964 – República da Sorbonne*

O movimento das reformas de base, patrocinado por João Goulart, deu lugar a um regime modernizador (tutelado pela ESG), mas aterrorizador (controlado pela Linha Dura), que a doutrina "lenta, gradual e segura" conduziu até a Constituição Cidadã de 1988. Essa República teve quatro etapas, segundo Elio Gaspari: Envergonhada (1964-1968); Escancarada (1968-1975); Encurralada (1975-1979); e Derrotada (1979-1985).

### **Brasil: Midiático**

A compreensão do Brasil golpista também pode ser organizada segundo a tese de Alfred Stepan, que

estabelece uma relação indissociável entre as turbulências republicanas e o poder da imprensa. A pesquisa que realizou durante o período 1945-1964 para avaliar a legitimidade dos movimentos de sedição militar demonstrou claramente que só obtiveram sucesso aqueles respaldados pela imprensa.

A partir da análise dos movimentos de 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964, é evidente que os militares brasileiros, historicamente, não se consideraram isolados do sistema político, mas antes ligados indissolivelmente à política e muitas vezes sensíveis à opinião civil, embora não dependentes exclusivamente dela. A tradicional imagem que os militares têm de si próprios como o povo fardado está de acordo com seu papel altamente político. (STEPAN, 1975, p. 75)

Como se processa essa interação entre militares e opinião pública, mediada pelos jornais? “Os jornais [...] enviam mensagens aos militares, mas [...] também fornecem um fórum nacional para a exposição das opiniões de militares e políticos.” (STEPAN, 1975, p. 72).

De que forma se deu essa interação nos movimentos golpistas daquele período?

Em contraste com os movimentos vitoriosos de 1945, 1954 e 1964, o movimento fracassado de 1955 e a frustrada tentativa de 1961 ocorreram em períodos em que os civis exigiam com menor intensidade a intervenção dos militares no processo político. (STEPAN, 1975, p. 73)

O caso concreto de 1964, simbolizado pela queda de João Goulart, merece a seguinte argumentação:

A opinião pública do país fora persuadida pela propaganda de que o Brasil marchava para o caos e

para o comunismo; assim, o povo estava a favor do movimento e nós não tínhamos força para resistir. (STEPAN, 1975, p. 75)

## Para melhor entender 1964

Complexa, a compreensão dos acontecimentos que eclodiram no golpe de 1964 mostra-se e sinuosa, tal a variedade de fontes disponíveis. Na tentativa de aplainar o caminho das novas gerações, organizei seletivamente o roteiro bibliográfico a seguir apresentado. Nos dias que antecederam a comemoração do cinquentenário, jornais e revistas publicaram dossiês sobre o acontecimento, resgatando cenas, atores e argumentos que podem ser lidos equivocadamente, uma vez que estão baseados em fontes da atualidade.

Por isso mesmo, entendi que a maneira mais adequada para introduzir a nossa comunidade acadêmica no âmago da questão é sem dúvida sugerir obras gerais, dando conta do cenário histórico que precedeu 64 ou realçando aquelas fontes publicadas durante o desenrolar das cenas testemunhadas por escritores que legaram à sociedade documentos bafejados pela emoção de partícipe da ação.

## Brasil, século XX

Narrativas em processo de construção demonstram como jornalistas e historiadores estão empenhados em reconstituir os fios da memória nacional para descrever os fatos e interpretar a História. Três obras clássicas da Brasiliana devem ser lidas e anotadas, servindo como referência para a formulação de hipóteses investigativas:

*Raízes do Brasil*: escrita por Sergio Buarque de Holanda, delinea traços comuns entre brasileiros/lusitanos/castelhanos em processo de miscigenação (Rio de Janeiro, José Olympio, 1936);

*Bandeirantes e pioneiros*: estudo denso e bem fundamentado no qual Vianna Moog compara o *ethos* dos povos latinos e anglo-saxônicos nas Américas (Rio de Janeiro, Globo, 1955);

*Brasil, país do futuro*: uma sinfonia verde-amarela composta por Stefan Zweig, enaltecendo as virtudes dos cidadãos e as potencialidades da geografia (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960).

John Foster Dulles explica em *Anarquistas e Comunistas no Brasil* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977) os perfis ideológicos das vanguardas constituídas pelos imigrantes europeus; já João Cruz Costa organiza em *Brasil em perspectiva* (São Paulo, DIFEL, 1973) panoramas da sociedade brasileira em seus diversos espaços.

Completam essa visão introdutória ensaios panorâmicos, produzidos em distintas fases da vida nacional.

O livro de Octavio Ianni – *Pensamento social no Brasil* (Bauru, EDUSC, 2004) – tem a marca da passagem do século, e *O caráter nacional brasileiro* (São Paulo, Pioneira, 1969), de Dante Moreira Leite, demonstra sintonia com as correntes de pensamento do pós-guerra.

## 1945 , fim da Guerra

É impossível compreender o Brasil moderno sem conhecer o processo de redemocratização política e o fluxo de internacionalização da economia. A obra que mais amplamente trata essa conjuntura é o livro do jornalista Rui Facó – *Brasil, século XX*, Rio de Janeiro, Vitória, 1960. No plano sociocultural, recomenda-se a leitura de obra instigante, firmada por Florestan Fernandes, suscitando debate esclarecedor nas universidades: *Mudanças sociais no Brasil* (São Paulo, DIFEL, 1974).



Complementa e problematiza o entendimento da turma mais jovem o livro que se tornou referência nos campi brasileiros. De autoria do brazilianist Thomas Skidmore, chama-se *Brasil: de Getúlio a Castelo* (Rio de Janeiro, Saga, 1969).

Vale a pena naturalmente confrontar o panorama do princípio desse momento de resistência civil com os indícios ainda opacos do avanço do século. Celso Furtado, num estilo confortavelmente memoriaístico, revisa *Os ares do mundo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991) com o mesmo rigor adotado na sua obra acadêmica.

Marlyse Meyer, por sua vez, oferece um texto da sua maioridade intelectual – *Caminhos do imaginário no Brasil* (São Paulo, EDUSP, 2001) –, que abre perspectivas inestimáveis para o desfrute do texto jocoso de Lauro de Oliveira Lima: *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho* (Brasília, Editora Brasília, 1974).

## Brasil, 1964: golpe, contragolpe, revolução?

Chegando ao cerne da questão, convém aos leitores da nova geração, justamente aqueles que não vivenciaram as agruras daquele momento histórico, começar pela obra quase didática, embora fartamente documentada, de Helio Silva: *1964: golpe ou contragolpe?* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975).

Mas é fundamental assimilar o episódio numa perspectiva internacional, ou melhor, situar-se no epicentro dos acontecimentos: os EUA. Recomendo dois livros distintos pelo ângulo de observação. O primeiro, escrito por Marcos Sá Correia, brasileiro que devassou os arquivos da Casa Branca e intitulado *1964, Casa Branca* (Porto Alegre, L&PM, 1977); e o outro, assinado por Joseph Page, pesquisador norte-americano que

presenciou cenas do episódio, conversou com atores das cenas finais da batalha nordestina e que caracteriza 1964 como *A Revolução que nunca houve* (Rio de Janeiro, Record, 1972).

Mas o relato ficaria incompleto se não fosse ilustrado pelas versões dos jornalistas que cobriram os fatos e dialogaram com os “revolucionários” em diferentes espaços beligerantes. Mario Victor traça um quadro longitudinal, quase diacrônico, descrevendo *5 anos que abalaram o Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965). A visão sincrônica está contida no documentário supervisionado por Alberto Dines, que permitiu anotar *Os idos de março e a queda em Abril* (Rio de Janeiro, José Alvaro, 1964) para converter o livro-reportagem em fonte legitimada pela comunidade.

Paradoxalmente, os jornalistas mais conceituados, aqueles referidos como repórteres de “pauta livre”, ou seja, dotados de liberdade de expressão sem amarras. Estes, possuidores, de experiência prévia no domínio da literatura, acordaram em explorar as possibilidades do gênero diversional, publicando, sob a batuta de Antonio Callado, a obra paradigmática *64, d.c.* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967).

## Brasil, país cordial: conciliação e reforma

A ideia de um país matizado por relações amenas, civilizadas, despidas de agressividade, como reflexo das tendências não belicosas no plano político encontra-se desenvolvida de modo panorâmico no livro de Thomas Skidmore, *Brasil, de Castelo a Tancredo* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988). A vantagem de ser narrador externo favorece a visão abrangente, difícil de ser protagonizada por autor nacional.

A descrição do movimento político que conduz ao golpe de 1964 está disponível na obra em formato

de reportagem escrita por José Stachini e intitulada *Mobilização da audácia* (São Paulo, Nacional, 1965).

Mauro Santayana, mineiro de nascimento e analista mineiro por opção, oferece em *Conciliação e transição* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985) um quadro dos acontecimentos a partir da ótica de um dos seus mais autênticos representantes (Tancredo Neves).

O conjunto vem enriquecido pelos ensaios reunidos por José Nilo Tavares em *Conciliação e Radicalização* (Petrópolis, Vozes, 1983), em que o autor resgata nuances significativas de episódios geralmente minimizados pelos intérpretes que chegam a conclusões parciais por falta de estudos longitudinais.

Nesse sentido, o ensaio de Oliviero S. Ferreira – *As forças armadas e o desafio da revolução* (São Paulo, GRD) pode suprir lacuna dessa natureza. Da mesma forma, vale a pena recorrer a obras factuais para situar o papel de dois protagonistas-chave no desenrolar dos acontecimentos. Moniz Bandeira descreve *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977), e Limeira Tejo explica a conjuntura que precede o governo deposto em 1964 no livro-reportagem *Jango, debate sobre a crise dos nossos tempos* (Rio de Janeiro, Andes, 1957).

Outro personagem emblemático é Miguel Arraes, cujo papel nesse contexto foi documentado por Antonio Callado – *Tempo de Arraes* (Rio de Janeiro, José Alvaro editor, 1964) – e Jocelyn Brasil – *Arraes, o fazedor de homens livres* (São Paulo, Fulgor, 1964).

## Brasil, país ambíguo, terra do jeitinho

A imagem do Brasil como país mutante, como sociedade dualista – rural e urbana, atrasada e civilizada, dinâmica e ritualista – encontra-se bem deline-

ada por Jacques Lambert em seu livro *Os dois Brasis* (São Paulo, Nacional, 1969).

O comportamento típico da nossa sociedade no âmbito político pode ser identificado no estudo produzido por Vamireh Chacon no livro *O dilema político brasileiro* (São Paulo, Convívio, 1978). A visão sociopolítica do Brasil ganha amplitude na recente obra de Gaudêncio Torquato – *A velha era do novo* (São Paulo, GTM, 2002), na qual o autor procura mostrar a nossa dualidade – “de um lado um país emergente, de imensos potenciais e grandeza continental, um povo cordial, alegre, esperançoso [...]; de outro, uma cultura política fincada nas mais profundas raízes da tradição patrimonialista, herança da colonização, responsável por mazelas e distorções”.

Registro sintomático da nossa aptidão conjuntural pelos desvios éticos que conduzem ao exercício de práticas condenadas pela sociedade está explícito no livro de Eloy Dutra: *IBAD, sigla da corrupção* (Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963). Trata-se de documento precoce daquilo que vem sendo debatido em todo o país, ou seja, a vocação de políticos para participar de esquemas como o do mensalão contemporâneo. É um tipo de prática recorrente no tecido político brasileiro, cujo protótipo encontra-se revelado nas famosas “contas secretas” de Campos Salles.

## Referências

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. v. 1. Brasília: Editora da UnB, 2008.

BUENO, E. *Brasil, uma história*. São Paulo: Leya, 2012.

CARDOSO, F. H. Ainda não temos crença na democracia. **O Estado de S. Paulo**, Especial, H-11, 2014.

ELLIOT, F. **Dicionário de Política**. 2 ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1969.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOMES, D. Roque Santeiro. **Dicionário da TV Globo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUIRADO, M. C. **Relatos do Descobrimento do Brasil**. Lisboa: Piaget, 2001.

HOLANDA, A. B. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Dicionário de Provérbios e Curiosidades**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MARQUES DE MELO, J. **Brasil Democrático**. Brasília: IPEA, 2011.

STEPAN, A. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os militares: da abertura à Nova República**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.